

# Redução da jornada para 40 horas pode retirar R\$ 76,9 bilhões do PIB

## Resumo executivo

- **A redução da jornada para 40 horas, com manutenção dos salários, eleva os custos de produção e deve resultar em queda de 0,7% do PIB brasileiro (R\$ 76,9 bilhões).**
- A contração do PIB deverá ser relativamente maior na Indústria (queda de 1,2%, o equivalente a um recuo de R\$ 25,4 bilhões), seguida pelo Comércio (queda de 0,9%, R\$ 11,1 bilhões) e pelos Serviços (queda de 0,8%, R\$ 43,5 bilhões).

## 1. Redução do limite semanal de horas trabalhadas reduzirá PIB em 0,7%

A proposta de redução do limite semanal das horas trabalhadas de 44 para 40 horas de trabalho, 8 horas diárias em 5 dias por semana, com a manutenção do salário mensal pago, tem como resultado imediato o aumento do valor da hora trabalhada regular para os empregados cujo contrato de trabalho atual exceda 40 horas semanais.

Para calcular os efeitos da elevação de custos causada pela redução do limite semanal das horas trabalhadas de 44 para 40 horas de trabalho na economia brasileira, utilizamos um modelo de Equilíbrio Geral Computável (EGC), um modelo que utiliza equações matemáticas para descrever as relações entre os agentes econômicos. A partir de um equilíbrio inicial, pode ser aplicado um choque que desvia um agente (ou vários) do equilíbrio, provocando ajustes em todos os agentes até que se atinja um novo equilíbrio<sup>1</sup>.

Para esse exercício, supomos que a redução das horas trabalhadas seja equivalente a um recuo da intensidade do trabalho dos empregados atuais que, neste exercício, corresponde à redução do produto máximo que um trabalhador pode produzir no ano e aplicamos esse choque no modelo EGC. Supomos, portanto, que a produtividade por hora fica constante.

Além disso, apesar do pagamento de horas extras ser uma possibilidade na prática, o modelo econômico utilizado para o presente exercício não permite diferenciar o valor habitual da hora trabalhada do valor extraordinário acrescido de hora extra. Dessa maneira, nesse exercício, consideramos o cenário em que a redução do limite semanal pode ser compensada apenas pela contratação de mais empregados.

O exercício mostra que, como consequência da elevação do custo do trabalho, tem-se, ao fim do processo de ajuste da economia, aumento generalizado dos preços da economia. Tanto de bens e serviços para os consumidores finais<sup>2</sup>, como também de insumos e matérias-primas para as empresas, o que gera perda de competitividade.

A menor competitividade implicará em perda de participação nos mercados exterior e doméstico, resultando em queda das exportações e alta das importações.

Com a perda de participação, há menor produção. Assim, as horas trabalhadas perdidas com a redução do limite semanal não são integralmente recompostas e, como resultado, tem-se queda da atividade econômica como um todo.

<sup>1</sup> Mais detalhes estão na Nota Metodológica no fim desse documento.

<sup>2</sup> O impacto da redução da escala de trabalho sobre os preços ao consumidor foi apresentado na Nota Técnica 25/2026 da CNI.

**Estimamos que isso geraria uma queda de 0,7% do PIB brasileiro<sup>3</sup>, o equivalente a uma perda de R\$ 76,9 bilhões.**

Esse é o impacto estimado sobre o PIB após o ajuste das empresas à elevação de custos e à perda de demanda nos mercados interno e externo.

O modelo não considera fatores que podem limitar a recomposição das horas trabalhadas, como características dos modelos de negócio e especificidades de determinados postos de trabalho. Além disso, não incorpora possíveis perdas de produtividade. A necessidade de novas contratações, especialmente em um mercado de trabalho com escassez de mão de obra, tende a reduzir a produtividade no curto e médio prazos, devido ao tempo de recrutamento, treinamento e adaptação. **Esses fatores podem ampliar a queda do PIB estimada neste exercício<sup>4</sup>.**

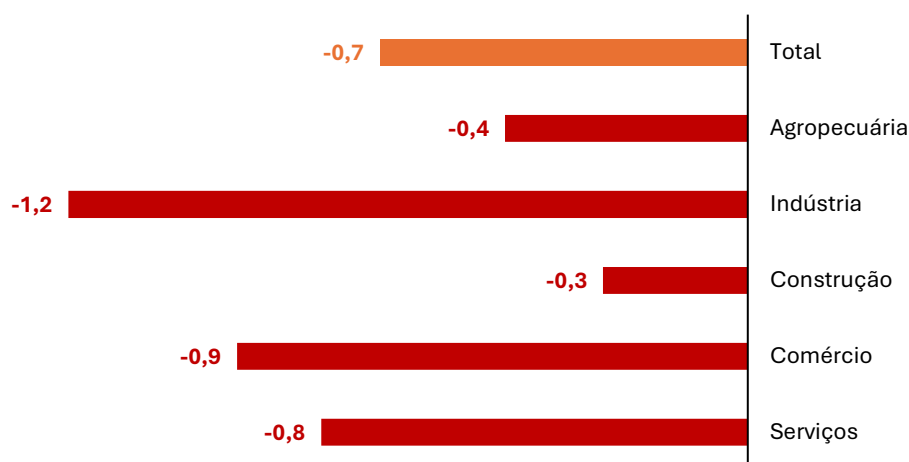
## 2. Impactos no PIB serão mais fortes na Indústria

**O exercício revela que a Indústria deverá enfrentar a maior queda no PIB em termos relativos, de 1,2%, o equivalente a R\$ 25,4 bilhões. Isso ocorre devido à maior redução das horas trabalhadas, ao maior encadeamento produtivo e à maior exposição ao mercado externo.**

Em seguida, aparecem Comércio, com queda de 0,9%, cerca de R\$ 11,1 bilhões; e Serviços, com queda de 0,8%, o equivalente a R\$ 43,5 bilhões. Os setores com menor retração do PIB são: Agropecuária, com queda de 0,4%, cerca de R\$ 2,3 bilhões; e Construção, com queda de 0,3%, o equivalente a R\$ 921,8 milhões<sup>5</sup>.

### Taxa de variação do PIB setorial

Em percentual (%)



Fonte: CNI

<sup>3</sup> No estudo “Potenciais Custos do fim da Jornada 6X1” disponibilizado pela FGV/IBRE, estimou-se que os impactos sobre o valor adicionado da redução do limite semanal para 36 horas poderiam alcançar algo perto de 6%, a depender da evolução da produtividade. Contudo, o estudo admite que as empresas iriam absorver a redução das horas trabalhadas sem adotar medidas de compensação, como o pagamento de horas extras ou a contratação de mais empregados. Partimos do pressuposto de que as empresas possuem estruturas operacionais que exigem certo nível de recomposição das horas trabalhadas, por esse motivo, os resultados do presente neste trabalho consideram queda no PIB menos significativa, associado a um aumento de preços e a estratégias de recomposição das horas trabalhadas.

<sup>4</sup> Essas limitações foram levantadas na Nota Técnica 13/2026 da CNI.

<sup>5</sup> A soma da queda no PIB setorial em valores monetários não se iguala à queda estimada para a economia como um todo (R\$ 76,9 bilhões) devido à soma dos impostos para a obtenção do PIB nacional.

## Nota Metodológica

O impacto da redução do limite semanal de horas trabalhadas sobre a economia brasileira foi analisado por meio de um modelo de equilíbrio geral computável, calibrado com dados da matriz insumo-produto de 2015 — a mais recente disponibilizada pelo IBGE — que contempla 128 categorias de produtos e 67 setores econômicos.

Esse modelo utiliza equações matemáticas para representar as interações entre os principais agentes econômicos, partindo de dados reais que descrevem o estágio inicial de equilíbrio da economia. A partir desse ponto, é possível simular choques econômicos que alteram esse equilíbrio inicial. Assim, o modelo permite avaliar como os agentes respondem às mudanças até que se estabeleça um novo equilíbrio, caracterizado por novos preços e quantidades comercializadas. A diferença entre os dados do cenário inicial e do novo equilíbrio fornece uma estimativa dos impactos do choque econômico.

A CNI estimou a queda das horas trabalhadas por empregados formais entre os setores econômicos, caso a escala semanal passe a ser de 40 horas, utilizando os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho, considerando apenas os empregados que atualmente possuem carga horária acima de 40 horas.

Como a participação dos empregados formais na força de trabalho total varia entre os setores — uma vez que o contingente de empregados informais e autônomos não seria diretamente afetado pela mudança no limite legal das horas semanais —, os dados da Pesquisa por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do IBGE foram utilizados para estimar a queda total das horas trabalhadas nos setores, dado o recuo do trabalho dos empregados formais.

Supomos ainda que a redução das horas trabalhadas seja equivalente ao recuo da intensidade do trabalho dos empregados atuais que, neste trabalho, corresponde à redução do produto máximo que um trabalhador pode produzir no ano. A fim de obter resultados coerentes com a estrutura atual da economia, a queda na intensidade do trabalho foi estimada utilizando a RAIS de 2024 e a PNADC do quarto trimestre de 2024, apesar do modelo estar calibrado com a matriz insumo-produto de 2015.